continuação

WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S.A.

Companhia Incentivada registrada na CVM sob o cód. nº 51824-7
CNPJ 34.597.955/0001-90

Demonstramos abaixo a posição das debêntures subscritas até 31 de dezembro de 2006 e de 2005.

Data da subscrição	Quantidade	Valor		Atualização monetária	Juros curto prazo	Redução encargos	Conversão em ações	Total
		nominal R\$	Valor principal					
7 de julho de 1999	680.770	1	681	842	351	(1.055)	(819)	-
18 de janeiro de 2000	8.106.475	1	8.106	8.702	3.678	(11.416)	(9.070)	-
15 de maio de 2003	1.364.616	1	1.365	569	246	(664)	(1.516)	-
	<u>10.151.861</u>		<u>10.152</u>	<u>10.113</u>	<u>4.275</u>	<u>(13.135)</u>	<u>(11.405)</u>	<u>-</u>

13. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE PENSÃO E DE APOSENTADORIA:

A Companhia provém a seus funcionários plano de previdência através da PREVUNIÃO Sociedade de Previdência Privada. A PREVUNIÃO é uma sociedade fechada de previdência privada que tem como objetivo principal a suplementação de benefícios, dentro de certos limites estabelecidos nos estatutos, a que têm direito, como segurados da Previdência Social, todos os funcionários das patrocinadoras e seus respectivos beneficiários. A suplementação dos benefícios ocorre através dos planos de "Benefício Definido", com regime de capitalização financeira com cálculo atuarial do benefício, e de "Contribuição Definida", sendo que esse último iniciou em 1º de janeiro de 2000, e tanto a Companhia quanto seus funcionários são contribuintes. No plano de "Contribuição Definida" a participação da Companhia é a mesma da participação do funcionário, que poderá contribuir com uma parcela de até 8% de seu salário. Na qualidade de patrocinadora da PREVUNIÃO, a Companhia registrou, em 2007, para o plano de "Benefício Definido", despesas de contribuição no montante de R\$ 113 (R\$ 107 em 2006), e no plano de "Contribuição Definida", despesas de contribuição no montante de R\$ 188 (R\$ 183 em 2006).

Com base em relatório de atuário independente, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2007, uma obrigação atuarial líquida de R\$ 1.399 (2006 - R\$ 1.523), que representa a diferença entre o valor presente das obrigações da Companhia, relativamente aos participantes, aposentados e pensionistas, no montante de R\$ 8.308 (2006 - R\$ 7.407), e o valor justo dos ativos do plano de R\$ 6.909 (2006 - R\$ 5.884).

As principais premissas atuárias são:

Taxa para desconto da obrigação atuarial	Inflação + 6,5 a.a. = 11,00% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 7,0 a.a. = 11,50% a.a.
Crescimento salarial médio	Inflação + 0,0 a.a. = 4,5% a.a. (Plano de Benefício Definido) Inflação + 2,0 a.a. = 6,5% a.a. (Plano de Contribuição Definida)
Crescimento das unidades salariais	Inflação + 0,0 a.a. = 4,5% a.a.
Reajuste do benefício do plano	Inflação + 0,0 a.a. = 4,5% a.a. (Plano de Benefício Definido) Não aplicável (Plano de Contribuição Definida)
Taxa anual de inflação a longo prazo	4,5% a.a.

A última revisão atuarial aprovada ocorreu em 31 de dezembro de 2007 e as demonstrações financeiras da PREVUNIÃO nesta data não apresentaram déficit ou insuficiência de reservas técnicas.

14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2007 e 2006, o capital social subscrito e integralizado é representado por 95.971.047 ações ordinárias, 49.259.173 ações preferenciais Classe A, 163.378.861 ações preferenciais Classe B e 12.396.316 ações preferenciais Classe C, totalizando 321.005.397 ações. As ações preferenciais não têm direito a voto e gozam de prioridade na distribuição dos dividendos e no reembolso de capital. Conforme Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de abril de 2006, foi autorizado o aumento de capital em R\$ 21.897, mediante utilização de reserva de capital e de reserva de lucros, sem modificação do número de ações. Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2006, foi autorizado o aumento de capital em R\$ 11.405, mediante conversão de debêntures em ações, com a emissão de 12.396.316 novas ações preferenciais Classe C. Vide nota explicativa 12. Conforme Ata de Assembléia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2007, foi autorizado o aumento de capital em R\$ 37.075,

mediante utilização de reserva de lucros, sem a modificação do número de ações. **(b) Reservas: (i) Reserva de capital - Subvenção para investimentos.** A Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na comercialização de produtos produzidos em algumas de suas unidades nos Estados do Amazonas, Pará e Maranhão, condicionados à constituição de reserva de capital por montante equivalente. Estes incentivos, no montante de R\$ 6.712 no presente exercício (2006 - R\$ 7.449), foram concedidos pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, e consistem na isenção ou redução de 75% de imposto de renda sobre resultados apurados nas unidades dos Estados do Amazonas e Pará, e 25% nas unidades dos Estados do Pará e Maranhão. Foi concedido à Companhia incentivo fiscal de ICMS, conforme Lei nº 2390 de 8 de maio de 1996, do Estado do Amazonas e Lei nº 1939 de 27 de dezembro de 1989 do Estado do Pará. Estes incentivos, no montante de R\$ 9.369 (2006 - R\$ 10.720), consistem na redução do recolhimento deste tributo para as unidades localizadas nesses Estados. A Companhia possui, ainda, os incentivos fiscais relativos ao Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR, onde opta por destinar parte de seu imposto de renda para investir neste fundo. Estes incentivos totalizam, no exercício corrente, R\$ 218 (2006 - R\$ 15). **(ii) Reserva de lucros - Legal:** Constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, em atendimento à legislação em vigor. **(iii) Reserva de lucros - Retenção:** Refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de expansão dos negócios estabelecido no plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado pelos órgãos da administração da Companhia, a ser deliberado na Assembléia Geral em observância ao artigo 196 da Lei nº 6.404/76. Os recursos retidos serão utilizados substancialmente na expansão do ativo imobilizado. **(c) Dividendos:** Pelo estatuto social é garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, apurado de acordo com a lei das sociedades por ações. Os administradores propuseram dividendos como demonstrado a seguir:

	2007	2006
Lucro líquido do exercício	48.244	46.697
Reserva legal	(2.412)	(2.335)
Lucro líquido ajustado	45.832	44.362
Dividendos propostos	11.456	11.235
% sobre o lucro líquido	25,0%	25,3%
Dividendos propostos por lote de mil ações - R\$	35,69	35,00

Em 2006, os acionistas decidiram pelo cancelamento parcial dos dividendos propostos em 31 de dezembro de 2005, no valor de R\$ 2.591.

15. CONTINGÊNCIAS: A Companhia discute, nas esferas administrativas e judiciais competentes, ações e reclamações de diversas naturezas. Algumas ações não oferecem riscos improváveis de resultarem em prejuízos e outras envolvem questões de direito ainda não definidas com maior clareza, segundo entendimentos dos seus consultores jurídicos. As prováveis obrigações que possam advir de decisões desfavoráveis à Companhia estão devidamente provisionadas, considerando as opiniões dos consultores jurídicos e classificadas nas rubricas de obrigações fiscais e sociais a curto e longo prazos ou registradas, de forma redutora, na rubrica de depósitos para recursos no ativo de longo prazo. As contingências cuja expectativa de êxito pela Administração são consideradas possíveis, não registradas contabilmente, totalizam aproximadamente R\$ 6.000 em 31 de dezembro de 2007 (R\$ 4.647 em 31 de dezembro de 2006).

16. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Companhia não tratou instrumentos financeiros derivativos nos exercícios sociais de 2007 e de 2006. Os ativos e passivos financeiros estão representados no balanço pelos valores de custo e respectivas apropriações de receitas e despesas, os quais se aproximam dos valores de mercado.

17. SEGUROS: A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes conside-

rados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e orientação de seus consultores de seguros. Em 31 de dezembro de 2007, a Companhia mantinha uma apólice coletiva com o restante das empresas White Martins, contratadas com terceiros, onde possuía cobertura contra riscos operacionais e responsabilidade civil. O valor em risco relacionado na apólice de seguro referente aos bens da White Martins Gases Industriais do Norte é de R\$ 94.338. O limite máximo de indenização da seguradora para riscos operacionais e de responsabilidade civil é de R\$ 201.186 e R\$ 15.050, respectivamente, extensivo a todas as empresas do grupo participantes da apólice coletiva.

18. EVENTOS SUBSEQUENTES: Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07, que altera a Lei das Sociedades por Ações, quanto a determinadas práticas contábeis, escrituração e elaboração das demonstrações financeiras a partir do exercício social que se encerrará em 31 de dezembro de 2008. A seguir está descrito um sumário dos principais assuntos contemplados na nova lei que poderão influenciar as demonstrações financeiras do próximo exercício: • Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração dos Fluxos de Caixa e inclusão da Demonstração do Valor Adicionado no conjunto das demonstrações financeiras. • No ativo permanente: (i) criação do subgrupo Intangível; (ii) restrição do uso do ativo diferido às despesas pré-operacionais e aos gastos incrementais de reestruturação; (iii) segregação no ativo intangível dos bens incorpóreos e (iv) inclusão no ativo imobilizado dos ativos decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens, independente de ter ocorrido ou não a transferência de propriedade. • Criação, no patrimônio líquido, do subgrupo "Ajustes de Avaliação Patrimonial", que servirá essencialmente para abrigar a contrapartida de determinadas avaliações de ativos a preço de mercado, especialmente a avaliação de determinados instrumentos financeiros. • Estabelece novos critérios para a classificação e a avaliação das aplicações em instrumentos financeiros, inclusive derivativos, e em direitos e títulos de crédito, em linha com a norma internacional, onde esses instrumentos financeiros são classificados em três categorias: destinados à negociação, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento, sendo a avaliação das duas primeiras pelo seu valor de mercado e a última pelo custo acrescido dos rendimentos. • Introdução na Lei do conceito de Ajuste a Valor Presente para as operações ativas e passivas de longo prazo e para as relevantes de curto prazo. • A Lei nº 11.638/07 também obriga a companhia a efetuar, periodicamente, análise para verificar o grau de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado, intangível e diferido. Sobre esse assunto, em 2007 foi emitido o Pronunciamento CPC 01 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que está em linha com as normas internacionais de contabilidade. • Nas operações de incorporação, fusão ou cisão (combinação de empresas), quando forem realizadas entre partes não-relacionadas e estiverem vinculadas à efetiva transferência de controle, todos os ativos e passivos da incorporada, cindida ou fusionada deverão ser identificados, avaliados e contabilizados a valor de mercado. • Criação da Reserva de Incentivos Fiscais - as companhias passam a registrar as doações e subvenções para investimento não mais como reserva de capital e sim no resultado do exercício, sendo previsto que a parcela do lucro líquido que contiver esse benefício fiscal possa ser destinada para essa reserva e excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório. • Obrigatoriedade do registro contábil de remuneração de empregados e administradores, mesmo quanto efetuada na forma de instrumentos financeiros, tais como ações ou opções de compra de ações. • Alterações na escrituração mercantil e na escrituração tributária, estabelecendo alternativas para as Companhias a possibilidade de adotar na escrituração mercantil as disposições da lei tributária, para em seguida efetuar os ajustes necessários para atendimento da legislação societária. Considerando a extensão e complexidade das alterações promovidas pela Lei 11.638/07, a administração está avaliando seus reflexos na Companhia, ao tempo em que acompanha as discussões e debates no mercado, em especial nos órgãos e associações da classe contábil e junto aos reguladores, que possivelmente se manifestarão sobre aspectos para a aplicação da Lei. Neste momento, até que haja um maior esclarecimento sobre a Lei, especialmente sobre a sua aplicação prática, incluindo a sua regulação, a administração entende que não é possível avaliar e quantificar com razoável segurança os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras da Companhia.

continua